

Em busca da perpetuação: análise do processo de acumulação e transmissão (ou perda) de bens por famílias da *açucarocracia*, Pernambuco, 1710 - 1780

ANA LUNARA DA SILVA MORAIS

A partir da comparação de duas famílias, a Carneiro da Cunha e a Guedes Alcoforado, busca-se perceber como os membros da *açucarocracia* articularam seu patrimônio para manter o *status* de suas famílias nas capitanias do Norte, entre 1710 e 1780, tendo em vista a decadência social deste segmento ou de parte dele, na medida em que novos grupos sociais foram também construindo ou adquirindo *status*. Pretende-se com nessa pesquisa analisar o processo de construção, acumulação, e transmissão (ou perda) de bens, e das estratégias familiares esquadrihadas para a sua manutenção social nas capitanias do Norte (Pernambuco, Itamaracá, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará).

Segundo Evaldo Cabral de Mello, a *açucarocracia*, grupo composto por senhores de engenho e lavradores de cana, articulou o discurso do “nativismo pernambucano” argumentando as consecutivas conquistas da capitania: contra os índios no século XVI e a expulsão dos holandeses no século XVII (MELLO, 2003: 159-162). Tal discurso nativista implicava no imaginário contratual das relações entre aqueles que participaram da conquista e da restauração e a Coroa, a qual devia em agradecimento um melhor tratamento aos primeiros.¹ Na segunda metade do século XVII, os participantes da restauração, juntamente com seus descendentes, promoveram-se como os “principais da terra” e a “nobreza da terra”, além dos únicos dignos a exercerem os cargos nas ordenanças e na câmara de Olinda devido aos serviços prestados ao rei.² Tratava-se de um discurso de diferenciação social, que buscava distinguir os

¹ A historiadora Fernanda Olival observou que a distribuição de mercês pela Coroa portuguesa foi fruto de uma relação de reciprocidade entre esta e aqueles que serviam ao Império português, pois a prestação de serviços viabilizava a soberania e as conquistas do Império, e em agradecimento à Coroa concedia mercês. Olival atentou para a existência de um ciclo vicioso de retribuição conforme a disponibilidade de prestação de novos serviços por parte dos vassallos e sua consequente retribuição por parte da Coroa, o qual chamou de *economia da mercê*. Ainda para a autora, a recompensa régia não se limitava ao valor econômico que beneficiava o vassallo, pois possuía forte conotação honorífica, primordial em uma sociedade hierarquizada. Tratava-se, portanto, de estratégias de enriquecimento e de mobilidade social com as quais determinados indivíduos e/ou grupos monopolizavam sistemas de mercês da Coroa. (2001: 15-24).

² Por meio das pesquisas do historiador João Fragoso, que analisou o estabelecimento e a trajetória das primeiras famílias da capitania do Rio de Janeiro, é possível traçar alguns paralelos com a *açucarocracia*. O autor evidenciou que “as principais famílias”, a “nobreza da terra”, embora tenham iniciado suas atuações como bandeirantes e como comerciantes de escravos, fizeram fortuna por meio de três práticas: a conquista/participação na guerra; ocupação de cargos na administração real; e domínio da Câmara local. Ver: Fragoso (2001: 29-71), Fragoso e Florentino (2001).

sucessores dos senhores de engenho e os lavradores de cana, que por sua vez exerciam cargos em Olinda, dos mercadores reinóis, situados no Recife (MELLO, 1997: 127-132, 153-160).

Aponta-se que a partir da segunda metade do século XVII, após a restauração, muitos membros da *açucarocracia* passaram a expandir suas atuações políticas e econômicas para outras capitanias adjacentes, sem, contudo, perder o contato político ou mesmo deixar de habitar a capitania de Pernambuco. Dessa forma, propõe-se um alargamento da aplicação do conceito de *açucarocracia* elaborado por Evaldo Cabral de Mello, tendo em vista que muitos dos restauradores e seus descendentes atuaram simultaneamente em outras capitanias adjacentes, aqui nomeadas de capitanias do Norte, bem como não se detiveram ao comércio do açúcar.

As duas famílias, a Carneiro da Cunha e a Guedes Alcoforado, faziam parte pertenciam à *açucarocracia* tendo em vista as origens, a participação na restauração, a atuação política em Olinda, e a posse de engenhos na capitania de Pernambuco, conforme será exposto a seguir no breve histórico dessas duas famílias.

A família Carneiro é originária da região do Minho, Portugal (MELO, 1934: 63-73). João Carneiro Mariz chegou à capitania de Pernambuco antes da invasão holandesa. Na freguesia de São Miguel do Ipojuca, casou-se com sua prima Dona Maria de Mariz, dando sucessão à Casa dos Carneiros (FONSECA, 1935a [1883]: 197). João Carneiro de Mariz e seu filho, Manuel Carneiro de Mariz, serviram na guerra contra os holandeses (FONSECA, 1935b [1883]: 340).

Por meio de um levantamento realizado sobre a família, percebeu-se que todos os membros da família Carneiro da Cunha, incluindo os agregados por meio de casamento, exerceram pelo menos um cargo camarário, como juiz ordinário e/ou vereador, ou nos serviços das armas, como tenente coronel, alcaide-mor, capitão-mor, coronel de cavalaria e mestre de campo (FONSECA, 1935a: 199; COSTA, 1983a: 254; 1983b: 38; IHGRN-LTVSCN, Cx. 1, Livro 1709-1721: 017-017v). Esses dados indicam uma ação continuada da família para exercer algum cargo, o que revela os interesses sobre tal exercício.

Verificou-se que a família Guedes Alcoforado se encontrava na América ibérica desde o início do século XVII. Afonso Guedes Alcoforado, fidalgo da Casa Real e governador de São Tomé na África, participou nas batalhas contra o domínio holandês, bem como fizeram alguns de seus filhos (FONSECA, 1935a: 123-124, 138, 264-265, 416-419). Posteriormente à Guerra de Restauração pernambucana, membros da família Guedes Alcoforado continuaram a exercer patentes militares e de ordenança como alferes, capitão, sargento, e capitão de cavalaria, e

cargos administrativos na capitania de Pernambuco e Itamaracá, como ouvidor e juiz ordinário (A.N.T.T.-Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 34, f.441; Mercês de D. José I, liv. 5, f. 28).

A família é aqui compreendida como um conjunto de indivíduos aparentados, ou seja, ligados uns aos outros por meio de alianças e filiações. A ideia de família somente é concretizada por meio do prolongamento de ações para a afirmação dela mesma. Para haver a ocorrência de tal manutenção social, as famílias elaboraram suas estratégias de perpetuação. Tratava-se de uma rede de relações que reproduzia não apenas seu status e bens, mas também uma rede social na qual a família inseria suas relações e alianças (DEDIEU, WINDLER: 1998: 201-233).

Para o historiador Nuno Gonçalo Monteiro, as estratégias de reprodução social podem ser compreendidas desde a dinastia de Bragança, para o caso Português, na época moderna pelas seguintes características: na autoridade paterna, na incorporação dos valores da *Casa* pelos membros da mesma, compreendida como um conjunto de bens simbólicos e materiais, cuja reprodução de bens, aqui compreendidos como patrimônio familiar, atingia a todos os envolvidos na *Casa*. (MONTEIRO, 2003: 49-50, 95-96) Dessa forma, compreende-se que as famílias aqui destacadas buscavam perpetuar-se, mantendo sua linhagem, ou seja, sua Casa. Os sucessores tinham o dever de se perpetuarem socialmente por meio de bons casamentos, carreiras militares e/ou administrativas, bem como eclesiásticas, para engrandecer a *Casa*, fosse por meio de títulos, patrimônio, ou *status* (MONTEIRO, 2007: 86-96).

Objetiva-se, dessa forma, analisar a trajetória das famílias Carneiro da Cunha e Guedes Alcoforado, bem como de outros indivíduos/famílias ligados à *açucarocracia*, e verificar o desdobramento de suas atuações, principalmente no tocante ao seu patrimônio material frente à desvalorização do açúcar e à perda de poder dos senhores de engenhos para os mercadores reinóis de Recife. O recorte temporal proposto se inicia com a Guerra dos Mascates (1710-1711), na qual os senhores de engenhos efetuaram empréstimos junto aos mercadores reinóis de Recife, tornando-se endividados, o que culminou em conflitos pelo poder local (MELLO, 2003: 143-148). Tal guerra foi um marco no que diz respeito a querelas entre membros da *açucarocracia* e mercadores, sobretudo na cobrança de dívidas e, conseqüentemente, na possibilidade de perda do patrimônio por parte dos senhores de engenho. O recorte encerra-se em 1780 com o fim da Companhia Geral do Comércio de Pernambuco e Paraíba (1759-1780), a qual monopolizou e interferiu acerca do comércio de açúcar entre outros bens das capitanias

de Pernambuco e Paraíba, tendo colaborado para o endividamento dos senhores de engenho (RIBEIRO JÚNIOR, 1976; CARREIRA, 1983; CARLOS, 2001).

Nota-se que a família Carneiro da Cunha, embora tenha se endividado, conseguiu ampliar seu patrimônio ao longo do século XVIII. Diferentemente dos Carneiros, a família Guedes Alcoforado perdeu posses. A construção do patrimônio da família Carneiro da Cunha se deu a partir de engenhos na capitania de Pernambuco, e posteriormente de fazendas de gado nas capitanias do Ceará e Rio Grande. Verificou-se que a família Carneiro, entre os séculos XVII e XVIII, teve posse de quatro engenhos na capitania de Pernambuco: São Sebastião (FONSECA, 1935b: 340), Meio (COSTA, 1938a: 254), Brumbrum (COSTA, 1938b: 38), Santa Luísa do Araripe e Espírito Santo. Além dos engenhos em Pernambuco, alguns membros da família Carneiro da Cunha requereram sesmarias e compraram terras nas capitanias do Rio Grande do Norte e Ceará.³ Desde o final do século XVII, Manuel Carneiro da Cunha, começou a comprar terras na capitania do Ceará (DATAS, 1925: 122-124). Foram encontradas 11 sesmarias requeridas pelos Carneiro da Cunha naquela capitania (PLATAFORMA, CE 0079; CE 0245; CE 0250; CE 0261; CE 0213; CE 0301; CE 0309; CE 0247), totalizando a dimensão de 29 léguas. Após o período inicial de compras e solicitações por meio de sesmarias nas ribeiras do Ceará, Manuel Carneiro da Cunha e posteriormente seus filhos passaram a comprar terras e a solicitar sesmarias na capitania do Rio Grande. Nessa capitania, a família recebeu a concessão de quatro títulos de sesmarias, sendo alguns deles de terras compradas anteriormente (IHGRN-FS, n° 120, n° 119, n° 254; DOCUMENTAÇÃO, 1954: 195-197), estratégia já utilizada na capitania do Ceará.

O processo de acumulação de bens pela família Carneiro da Cunha não se estabeleceu livre de empecilhos e conflitos, fosse pela demarcação de suas sesmarias na capitania do Ceará, no início do século XVIII (DATAS, 1925: 13-14, 16-17, 41-42), fosse pela disputa de terras da capitania do Rio Grande, em meados do século XVIII, ou mesmo por querelas internas na família pela arrematação do engenho Brumbrum, na primeira metade do século XVIII (COELHO, 2009: 110-114, 117, 128; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 97, Doc. 7651; A.N.T.T.- Livros do Brasil, Códices 34 e 35). Destaca-se ainda que João Carneiro da Cunha, em 1749,

³ Pesquisas recentes tem evidenciado a migração de indivíduos da área litorânea para o sertão desde o final do século XVII por meio da pecuária, como consequência da necessidade de ocupar o sertão e combater invasões de estrangeiros. Além disso, outras pesquisas indicam a ocupação do sertão como possibilidade de enriquecimento por meio da busca de minas de ouro, pedras e metais. Destaca-se também, que a pecuária possuía um mercado muito dinâmico, sendo fundamental para o abastecimento das zonas açucareiras. Ver: Puntoni (2002); Silva (2010a); Silva (2010b); e Rolim (2012).

criou um vínculo de morgado⁴ com o engenho Espírito Santo e Santa Luísa do Araripe, o qual havia herdado de seu sogro, Gonçalo Novo de Brito; três fazendas de gado na capitania do Rio Grande; uma fábrica de cobre; escravos; bestas; e pequenas posses na freguesia da Várzea (AHU-PE, Papéis avulsos, Cx. 75, Doc. 6296). O historiador português João Luís Picão Caldeira destacou o cuidado com que João Carneiro da Cunha descreveu a escolha de sua sucessão no morgadio, assim como das posses a serem vinculadas, demonstrando o esforço de instituidor em vincular seus bens para assegurar a perpetuação social de sua família (2007: 95-97).

A família Guedes Alcoforado era conhecida na capitania por sua presença desde antes do domínio holandês, por suas atuações em cargos administrativos, patentes militares e/ou ordenanças, e também pela posse de terras e de engenhos. Todavia, na primeira metade do século XVIII, a família encontrava-se endividada. Na década de 1730, João Guedes Alcoforado era acusado de ser devedor da Fazenda Real na capitania de Itamaracá. Segundo Manoel Dias Aranha, almoxarife da dita Provedoria, os antecessores dele não realizaram a cobrança da dívida de João Guedes Alcoforado devido à “intimidade” entre eles e devido à fama da família de que eram todos criminosos (AHU-PE, Papéis avulsos, Cx. 43, Doc. 3871). Contudo, as dívidas de João Guedes Alcoforado passaram e ser cobradas e seus engenhos Araripe de Baixo e São João Batista foram postos para a arrematação (AHU-PE, Papéis avulsos, Cx. 44, Doc. 3995; Cx. 67, Doc. 5662). Embora os engenhos de João Guedes Alcoforado estivessem postos para leilão, houve dificuldades na arrematação dos mesmos devido ao medo dos indivíduos em arrematar os engenhos e sofrerem ameaças da família (AHU-PE, Papéis avulsos, Cx. 44, Doc. 4023. AHU-PE, Papéis avulsos, Cx. 55, Doc. 4813).

João de Guedes Alcoforado tentou reaver a posse de seus engenhos por meio de solicitação de anulações de arrematação (AHU-PE, Papéis avulsos, Cx. 45, Doc. 4083). Com a morte de João Guedes Alcoforado, a viúva Maria Dias de Abreu continuou solicitando a anulação (AHU-PE, Papéis avulsos, Cx. 56, Doc. 4855). Paralelamente, a família tentava garantir a posse de outras propriedades, como consta no pedido de demarcação de terras na capitania de Itamaracá, realizado por João de Guedes Alcoforado em 1747 (AHU-PE, Papéis avulsos, Cx. 66, Doc. 5620). Cabe apontar que o ato de demarcar as terras de engenhos na

⁴ Um vínculo de morgado ocorria quando alguém vinculava seus bens móveis e imóveis institucionalmente de forma que os mesmos não pudessem ser vendidos ou divididos. A instituição do morgado requeria uma solicitação à Coroa portuguesa que avaliaria a sua viabilidade. Tratava-se de uma característica da nobreza portuguesa (MONTEIRO, 2003: 354-371; CALDEIRA, 2007: 23, 56; SCHWARTZ, 1988: 243).

capitania de Pernambuco parece ter sido comum nesse período. Constatam-se 44 solicitações de demarcação de terras de engenhos na capitania de Pernambuco entre 1710 e 1780 (AHU-PE, Papéis avulsos, Cx. 36, Doc. 3254- Cx. 137, Doc. 10239). Possivelmente, a busca pela demarcação das terras de seus engenhos implicava em garantir a posse, usufruto, direito de arrendar a mesma, bem como evitar querelas pela posse das mesmas.

Segundo Philippe Ariès, no Antigo Regime, a família era confundida com o patrimônio e a própria reputação (ARIÈS, 1978: 213-250). Nesta perspectiva, na de que o patrimônio familiar se confundia com a reputação e a própria perpetuação, e de uma linhagem, compreende-se que a propriedade seria o suporte garantidor desta sucessão e continuidade. Dessa forma, atenta-se para a necessidade de analisar o desdobramento da acumulação de bens, manutenção, transmissão e/ou perda por parte de famílias de membros da *açucarcracia* para que se compreenda a inserção e mutação social das mesmas nas capitanias do Norte.

Como se apontou anteriormente, a construção do *status* dos senhores de engenho da capitania de Pernambuco foi analisada por Evaldo Cabral de Mello. Segundo o autor, o discurso nativista implicou no imaginário contratual e pactual das relações entre aqueles que participaram da conquista e da restauração e a Coroa, a qual devia em reconhecimento um melhor tratamento aos primeiros (MELLO, 1997: 127-132, 153-160). Os participantes da restauração, juntamente com seus descendentes, a partir de meados do século XVII, promoveram-se como os “principais de terra” e a “nobreza da terra”, senhores de engenho e lavradores de cana, e como os únicos honrados a exercerem os cargos na ordenança e nas câmaras de Pernambuco devido aos serviços prestados ao rei (MELLO, 2003: 159-162).

A ideia do nativismo baseia-se, portanto, na ideia do merecimento de mercês e privilégios dos naturais de Pernambuco, compreendidos como senhores de engenho, lavradores de cana e seus sucessores, e pelas suas consecutivas conquistas em prol da Coroa. A posse de engenhos era um dos pontos mais persistentes para a aproximação dos indivíduos à “nobreza da terra”, assim como ter participado na luta contra os holandeses, ser natural de Pernambuco, e exercer cargos de ordenança e de vereação em Olinda. A família Carneiro da Cunha e os Guedes Alcoforado cumpriam todos os requisitos para fazer parte da dita “nobreza da terra”, ou para este caso específico das capitanias do Norte, da *açucarcracia*.

Segundo o *brazilianista* Stuart Schwartz (1988: 33-34, 146-147), no período de 1660 a 1680, a atividade açucareira cresceu na América portuguesa. O historiador Gustavo Lopes, contudo, afirmou que Schwartz teria generalizado os aspectos de suas análises acerca da Bahia

para outras regiões, como Pernambuco. Gustavo Lopes analisou melhor o caso das capitanias do Norte e verificou que na década de 1660 os dízimos do açúcar foram os mais baixos entre 1654 e 1760. A estagnação no comércio do açúcar foi intensa, sobretudo nos primeiros quinze anos após a restauração, tendo a Coroa, nesse período, acatado o pedido de isenção de impostos referente ao açúcar de vários senhores de engenho (LOPES, 2008: 17-26). Pelas pesquisas de Gustavo Lopes, observou-se que, no final da década de 1670, houve um crescimento significativo da atividade açucareira, tendo o preço do açúcar estabilizado entre a década de 1670 e início da década de 1680, e subido na década de 1690.

Ainda segundo Gustavo Lopes, a segunda crise da economia açucareira ocorreria somente na segunda década do século XVIII (2008: 74-75). Observou-se, todavia, que o discurso de penúria dos senhores de engenho e dos lavradores de cana da capitania de Pernambuco foi uma constante mesmo nos períodos que não se enquadravam as crises do comércio de açúcar. Na segunda metade do século XVII, a Coroa isentou o pagamento dos dízimos do açúcar objetivando a recuperação da economia açucareira. Percebeu-se por meio das fontes disponíveis no Arquivo Histórico Ultramarino, que a solicitação de isenções, adiamentos, e diminuição das dívidas foram uma constante desde as últimas décadas do século XVII até antes da criação da Companhia Geral do Comércio de Pernambuco e Paraíba (1759-1780), fosse por meio da Câmara de Olinda (AHU-PE, Papéis avulsos, Cx. 13, Doc. 1279; Cx. 17, Doc. 1725; Cx. 18, Doc. 1782; Cx. 24, Doc. 2227; Cx. 32, Doc. 2923; Cx. 51, Doc. 4522; Cx. 73, Doc. 6140), fosse diretamente pelos senhores de engenho e/ou lavradores de cana (AHU-PE, Papéis avulsos, Cx. 14, Doc. 1430; Cx. 14, Doc. 1419; Cx. 15, Doc. 1514; Cx. 28, Doc. 2507; Cx. 29, Doc. 2593; Cx. 30, Doc. 2755; Cx. 32, Doc. 2970; Cx. 42, Doc. 3749; Cx. 42, Doc. 3739; Cx. 56, Doc. 4861; Cx. 63, Doc. 5397; Cx. 84, Doc. 6948; Cx. 44, Doc. 4004).

Mesmo com a recuperação da economia açucareira nas últimas décadas do século XVII, o período foi de insegurança para os membros da *açucarcracia*, devido à instabilidade política com a possível criação da Câmara do Recife, que ameaçava o poder exercido pelos agentes de Olinda. No período da invasão holandesa, quando Olinda foi incendiada, muitos moradores e oficiais régios migraram para a Bahia e alguns ficaram no Recife. O contingente de pessoas, somado à decisão dos holandeses em se fixarem no Recife devido à sua melhor localização, impulsionou o seu crescimento comercial, demográfico e urbano (MELLO, 2002: 53). O crescimento de Recife gerou o interesse de criação de uma nova câmara, associada às desavenças dos senhores de engenhos com mercadores, devido à crise do açúcar na segunda

metade do século XVII na qual os senhores de engenhos efetuaram empréstimos junto aos mercadores, o que os tornaram endividados. Tal conflito pelo poder local culminou na “Guerra dos Mascates” (1710-1711) (MELLO,2003: 203, 143-148).

Os Carneiro da Cunha foram bastante atuantes nos conflitos da Guerra dos Mascates, sobretudo Manuel Carneiro da Cunha. Conforme afirmou o governador de Pernambuco, Sebastião de Castro e Caldas (1707-1710), o coronel Manuel foi um dos motores do levante de Olinda contra Recife. O coronel, juntamente com genros, filhos, vizinhos e amigos íntimos, moradores da Várzea, foram os primeiros interessados em realizar o levante contra Recife. Ainda segundo Castro e Caldas, nenhuma decisão foi tomada sem o voto ou o parecer do coronel Manuel Carneiro da Cunha, e que o mesmo: “[era] o mais empenhado que todos pelo muito que deve, que pelo seu respeito, nem com sentenças lhe podem fazer execução, por não haver pessoa que se atreva a lançar nos seus bens” (Arquivo Histórico Colonial, Lisboa, 1711-1712 Apud MELO, 1941: 108-109). Com base na afirmação do governador de Pernambuco, percebe-se que a família Carneiro estava endividada no início do século XVIII. Entretanto, ainda que endividados, eram respeitados e dignos de prestígio social, pois não havia indivíduo que ousasse tomar suas posses.

A família Guedes Alcoforado também se encontrava endividada. Na década de 1730, João Guedes Alcoforado foi acusado de ser devedor da Fazenda Real na capitania de Itamaracá. João Guedes Alcoforado foi devedor da Fazenda muito anteriormente. Todavia, os almoxarifes da Provedoria da Fazenda Real não realizaram a cobrança da dívida de João devido à amizade entre estes últimos almoxarifados, bem como devido à fama da violência com que a família resolvia suas pendências (AHU-PE, Papéis avulsos, Cx. 43, Doc. 3871). As dívidas de João Guedes Alcoforado passaram a ser cobradas e seus engenhos postos para a arrematação (AHU-PE, Papéis avulsos, Cx. 44, Doc. 3995; Cx. 67, Doc. 5662). Houve dificuldade para que os engenhos dos Guedes Alcoforado fossem arrematados devido ao medo dos indivíduos em arrematar os engenhos e sofrerem ameaças da família (AHU-PE, Papéis avulsos, Cx. 44, Doc. 4023; Cx. 55, Doc. 4813).

Vera Lúcia Amaral Ferlini destacou que na América Portuguesa os senhores de engenho representavam a mais alta hierarquia local, seguidos dos lavradores de cana e senhores de terras e de escravos (2010: 28). Curiosamente, contudo, os engenhos não obtinham “lucros” vultosos. Ferlini aponta que é necessário atentar para a relação dialética entre a mentalidade econômica dos senhores de engenho e de seus privilégios concedidos pela Coroa, pois em

muitos casos o *status* era mais significativo do que o patrimônio propriamente dito (2010: 157-158). As análises de Ferlini coincidem com os dois exemplos das famílias aqui apontadas, as quais se encontravam endividadas, mas que devido ao poder local que possuíam não houve indivíduos que quisessem arrematar seus bens. A pesquisa de Ferlini também coincide com o problema apontado acerca do endividamento dos senhores de engenho e dos lavradores de cana e de seu discurso de penúria, no qual solicitavam isenções dos dízimos, adiamentos de prazos e redução de dívidas, mesmo em períodos de fluidez do comércio do açúcar.

Dessa forma, compreende-se que haviam famílias senhoriais que não se encontravam endividadas, mas que solicitavam ajuda da Coroa sob a forma de isenções e adiamentos, e outras famílias (ou mesmo as mesmas em períodos diferentes), que se encontravam de fato endividadas, tirando disto consequências drásticas como a perda de seus engenhos e de suas rendas. A historiadora Teresa Cristina de Novaes Marques analisou endividamento de senhores de engenho apontando como consequência dos sucessivos adiantamentos de créditos para pagamentos de reposição de escravos (mão de obra primordial para o plantio da cana e preparo do açúcar), e de outros trabalhadores, além de gastos com bebidas, alimentos oriundos do reino, tecidos entre outros. Tais adiantamentos e gastos muitas vezes não possibilitavam que os rendimentos dos negócios do açúcar fossem superiores às dívidas, culminando no endividamento dos senhores de engenho (MARQUES, 2014: 147-176).

O trabalho da historiadora Teresa Marques em muito colaboram para compreender o processo de acumulação de bens e sua transmissão ou perda por parte das famílias Carneiro da Cunha e Guedes Alcoforado, sobretudo desta última. A pesquisa de Marques evidencia a dificuldade da manutenção do patrimônio por parte dos senhores de engenho frente à crise do açúcar, da necessidade de adiantamento de créditos, e de outros gastos de motivação social. Ademais, Marques aponta estratégias dos indivíduos endividados para minimizar sua situação, como, por exemplo, a procura de foro privilegiado por meio de familiatura de ordens militares ou da Santa Casa de Misericórdia; e da negociação de maiores prazos para pagamentos. Tais estratégias apontadas pela historiadora coincidem com as utilizadas pela família Guedes Alcoforado, a qual possuía vários fidalgos que recebiam suas tenças entre outras mercês (A.N.T.T.-Registro Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro II, liv. 3, f.145; Mercês de D. Pedro II, liv. 4, f.134v; Mercês de D. Pedro II, liv. 4, f.135; Mercês de D. João V, liv. 8, f.157v), e da família Carneiro da Cunha, a qual possuía familiares do Santo Ofício e provedores da Santa Casa de Misericórdia (FONSECA, 1935a:2000).

Tendo apontado este panorama, acredita-se que a análise da trajetória das famílias Carneiro da Cunha e Guedes Alcoforado, bem como a verificação do desdobramento de suas atuações, principalmente no tocante ao seu patrimônio material revelará mecanismos de manutenção sócia importantes para a compreensão da *açucarocracia* e de suas modificações enquanto grupo.

FONTES

Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate:

AHU-PE, Papéis avulsos, Cx. 43, Doc. 3871; AHU-PE, Papéis avulsos, Cx. 44, Doc. 3995; AHU-PE, Papéis avulsos, Cx. 44, Doc. 4023; AHU-PE, Papéis avulsos, Cx. 45, Doc. 4083; AHU-PE, Papéis avulsos, Cx. 55, Doc. 4813; AHU-PE, Papéis avulsos, Cx. 56, Doc. 4855; AHU-PE, Papéis avulsos, Cx. 66, Doc. 5620; AHU-PE, Papéis avulsos, Cx. 67, Doc. 5662; AHU-PE, Papéis avulsos, Cx. 75, Doc. 6296; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 97, Doc. 7651; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 36, D. 3254; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 36, D. 3255; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 36, D. 3296; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 46, D. 4119; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 57, D. 4907; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 61, D. 5244; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 62, D. 5285; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 66, D. 5620; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 66, D. 5625; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 66, D. 5634; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 68, D. 5707; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 68, D. 5724; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 70, D. 5920; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 71, D. 5994; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 77, D. 6427; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 77, D. 6445; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 105, D. 8151; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 108, D. 8354; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 109, D. 8415; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 109, D. 8436; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 114, D. 8750; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 115, D. 8835; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 116, D. 8875; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 116, D. 8890; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 118, D. 8992; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 118, D. 8993; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 119, D. 9107; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 121, D. 9256; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 123, D. 9369; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 123, D. 9370; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 125, D. 9473; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 125, D. 9504; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 125, D. 9520; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 125, D. 9522; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 125, D. 9523; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 125, D. 9524; AHU-PE, Papéis

Avulsos, Cx. 127, D. 9681; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 130, D. 9826; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 133, D. 9975; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 133, D. 10019; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 135, D. 1009; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 135, D. 10113; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 137, D. 10199; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 137, D. 10239; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 13, D. 1279; AHU-PE, Papéis avulsos, Cx. 14, D. 1430; AHU-PE, Papéis avulsos, Cx. 14, D. 1419; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 15, D. 1514; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 17, D. 1725; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 18, D. 1782; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 24, D. 2227; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 28, D. 2507; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 29, D. 2593; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 30, D. 2755; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 32, D. 2923; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 32, D. 2970; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 42, D. 3749; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 42, D. 3739; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 44, D. 4004; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 51, D. 4522; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 56, D. 4861; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 63, D. 5397; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 73, D. 6140; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 84, D. 6948.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo:

A.N.T.T. Livros do Brasil, Códices 34 e 35. [1751];

A.N.T.T. Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 34, f.441 [1742];

A.N.T.T. Registro Geral de Mercês, Mercês de D. José I, liv. 5, f. 28 [1751];

A.N.T.T. Registro Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro II, liv. 3, f.145 [1686];

A.N.T.T. Registro Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro II, liv. 4, f.134v [1693];

A.N.T.T. Registro Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro II, liv. 4, f.135 [1688];

A.N.T.T. Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 8, f.157v [1716].

COSTAa, Francisco Augusto da. *Anais Pernambucanos*. Recife: FUNDARPE, 1983. Vol 2.

COSTAb, Francisco Augusto da. *Anais Pernambucanos*. Recife: FUNDARPE, 1983. Vol 4.

DATAS de sesmarias. Fortaleza: Typographia Gadelha, 1925. v. 5.

DOCUMENTAÇÃO histórica pernambucana, Recife: Imprensa Oficial, 1954, v.1.

FONSECAa, Antonio José Victoriano Borges da. *Nobiliarquia Pernambucana*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1935 [1883]. Vol 1.

FONSECAb, Antonio José Victoriano Borges da. *Nobiliarquia Pernambucana*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1935 [1883]. Vol 2.

INFORMAÇÃO geral da capitania de Pernambuco [1749]. Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Vol XXVIII, 1906.

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte:

IHGRN - Livros dos Termos de Vereação do Senado da Câmara do Natal

IHGRN – Fundo Sesmarias

Plataforma SILB (Sesmarias do Império Luso-Brasileiro) é uma base de dados que pretende disponibilizar *on-line* as informações das sesmarias concedidas pela Coroa Portuguesa no mundo atlântico. Disponível em <www.silb.cchla.ufrn.br>. Acesso em 30 de agosto de 2014.

BIBLIOGRAFIA

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

CALDEIRA, João Luís Picão. *O morgadio e a expansão no Brasil*. Lisboa: Tribuna, 2007.

CARLOS, Erika Simone de Almeida. *O fim do monopólio: a extinção da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, 1770-1780*. 2001. Dissertação (mestrado em História): Universidade Federal de Pernambuco. 2001.

COELHO, Maria Filomena. *A justiça d'além-mar. Lógicas jurídicas feudais em Pernambuco (séculos XVIII)*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 2009.

DEDIEU, Jean Pierre; WINDLER, Christian. La familia: ¿Una clave para entender la historia política? El ejemplo de la España moderna. Ediciones Universidad de Salamanca. *Studio de la Historia Moderna*, nº 18. 1998. pp. 201-233.

FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; Gouvêa, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica Imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pp. 29-71.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840*. 4º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Açúcar e colonização*. São Paulo: Alameda, 2010. p. 28.

LOPES, Gustavo Acioli. *Negócio da costa da Mina e comércio Atlântico. Tabaco, açúcar, ouro e tráfico de escravos: Pernambuco (1654-1760)*. 2008. Fls. 262. Tese (doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo. 2008.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Eram os senhores de engenho caloteiros? reflexões sobre o crédito e os direitos de propriedade no mundo luso. *História econômica & história de empresas*. vol. 17 n° 1 (2014), 147-176.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates*, Pernambuco, 1666-1715. São Paulo: editora 34, 2003.

_____. *Olinda restaurada. Guerra e açúcar no nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Ed.34, 2007.

_____. *O nome e o sangue. uma parábola familiar no Pernambuco colonial*. 2° ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

_____. *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 2° ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. 5° ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

MELO, Mário. *A guerra dos mascates como afirmação nacionalista*. Pernambuco: Imprensa Oficial, 1941.

MELO, Mário. Família Carneiro da Cunha. *Revista do Instituto Arqueológico, histórico e geográfico pernambucano*. Recife: 1934, vol. XXXII, n° 151-154, pp. 63-73.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas. *O crepúsculo dos Grandes. A casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. 2° ed. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da moeda, 2003.

_____. *Elites e poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. 2° ed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno. Honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001.

PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros. Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2002.

RIBEIRO JÚNIOR, José. *Colonização e monopólio no Nordeste brasileiro: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, 1759-1780*. São Paulo: HUCITEC, 1976.

ROLIM, Leonardo Cândido. *“Tempo das carnes” no Siará Grande: dinâmica social, produção e comércio de carnes na vila de Santa Cruz do Aracati (c.1690-c.1802)*. 2012. 243 fls. Dissertação (mestrado em História): Universidade Federal da Paraíba, 2012.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhias das Letras, 1988.

SILVA, Gian Carlo de Melo et al. (orgs.) *Políticas e estratégias administrativas no mundo Atlântico*. Recife: Ed.UFPE, 2012. p. 287-308.

SILVAa, Kalina Vanderlei. *Nas solidões vastas e assustadoras*. A conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII. Recife: Editora Cepe, 2010.

SILVAb, Rafael Ricarte da. *Formação da elite colonial nos sertões de Mombaça: terra, família e poder (Século XVIII)*. 2010. 118 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Ceará.

SOUZA, George Felix Cabral de. *Tratos e mofatras*. O grupo mercantil do Recife colonial (c. 1654- c.1759). Recife: Editora universitária UFPE, 2012.